

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
PORTARIA Nº 96, DE 27 DE MAIO DE 2008

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais e, tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 54 e § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte referente ao período de Maio/2007 a Abril/2008, constante do anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ANTÔNIO FÉLIX
Em exercício

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2007 A ABRIL DE 2008
ANEXO I DA PORTARIA TRE-TO Nº 96 /08
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	34.211		34.211
Pessoal Ativo	32.472		32.472
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)			
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)			
Demais Despesas com Pessoal Ativo	32.472		32.472
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.739		1.739
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			
(C) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	4.031		4.031
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial			
Despesas de Exercícios Anteriores	2.442		2.442
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.588		1.588
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP (III) = (I - II)	30.180		30.180
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) ¹			413.867.577
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100	0,007292%	0,000000%	0,007292%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,012419%		51.398
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,011798%		48.828

FONTE: SIAFI e SEACONT/COFIN/SADOR/TRE-TO

¹Valores referentes à Portaria STN nº 253, de 19/05/2008, DOU de 20/05/2008.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

Des. ANTÔNIO FÉLIX
Presidente do Tribunal
Em exercício

FLÁVIO LEALI RIBEIRO
Diretor-Geral

TEODOMIRO FERNANDES AMORIM
Secretário de Administração e Orçamento

FRANCISCO ALVES CARDOSO FILHO
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
3ª REGIÃO
PORTARIA Nº 51, DE 28 DE MAIO DE 2008

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça do Trabalho da Terceira Região, do 1º quadrimestre de 2008, em anexo, nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 e do § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Des. CAIO LUIZ DE ALMEIDA VIEIRA DE MELLO
Em exercício

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2007 A ABRIL/2008
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RGF-ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	856.031	288	856.319
Pessoal Ativo	625.710	177	625.887
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	3.191		3.191

Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	5.446	46	5.492
Demais Despesas com Pessoal Ativo	617.073	131	617.204
Pessoal Inativo e Pensionistas	230.321	111	230.432
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			0
(-)Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	269.808	62	269.870
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0
Decorrentes de Decisão Judicial	8.637	46	8.683
Despesas de Exercícios Anteriores	45.655	16	45.671
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	215.516		215.516
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I-II)	586.223	226	586.449
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			413.867.577
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V)= (III/IV) x 100	0,141645%	0,000055%	0,141700%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,334678%			1.385.124
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,317944%			1.315.868

FONTE: SIAFI 2007/2008

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) No item "Sentenças Judiciais com Precatórios (do próprio Órgão e de Outros da Adm. Direta)", o valor de R\$809 (em milhares de reais) refere-se a Precatórios e R\$4.729 (em milhares de reais) refere-se a Sentenças de Pequeno Valor (SPV).

3) Este Regional executou, em milhares de reais, R\$3.771 referente a Precatórios da Administração Indireta - Autarquias e Fundações, que recebeu através de destaque no orçamento e que neste relatório não estão incluídos na despesa com pessoal.

Des. CAIO LUIZ DE ALMEIDA VIEIRA DE MELLO
Em exercício

LINA MARIA PINTO GONÇALVES
Ordenadora de Despesas

HERCE MARTINS PONTES
Diretor da Secretaria de Coordenação Financeira

FERNANDO DE CASTRO CÉSAR
Assessor de Controle Interno

5ª REGIÃO
ATO Nº 290, DE 28 DE MAIO DE 2008

DESEMBARGADOR FEDERAL DO TRABALHO PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE determinar a publicação no Diário Oficial da União, do Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 54, 55 e 72, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, com fundamento na Portaria 692/2006 da STN, na forma do Anexo a seguir:

Des. PAULINO COUTO
Presidente do Tribunal

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 1.º QUADRIMESTRE DE 2008
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO /2007 A ABRIL/2008
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquid.	Insc. R. a Pagar não Proces.	Total
Despesa Bruta Com Pessoal (I)	489.331	8.601	497.932
Pessoal Ativo	351.853	7.255	359.108
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)			
Sentenças Jud. c/ Precat. (do Órgão e de Outros da Adm. Direta)	1.015	97	1.112
Demais Despesas com Pessoal Ativo	350.838	7.158	357.996
Pessoal Inativo e Pensionistas	137.478	1.346	138.824
Outras desp de pessoal decorrentes de contratos de terceiriz.(art.18, § 1º LRF)			
(-) Despesas Não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	140.434	967	141.401
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial	1.015	97	1.112
Despesas de Exercícios Anteriores	3.005		3.005
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	136.414	870	137.284
Despesa líquida com pessoal. (III) = (I - II)	348.897	7.634	356.531
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)			413.867.577
% Do Total Da Desp c/ Pessoal-Limite-TDP s/ a RCL (V)=(III/IV)x100	0,0843302%	0,001845%	0,086146%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,207065%			856.975
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) 0,196712%			814.126

FONTE: SIAFI e SVCNT/D.G./TRT